

Relatório do TCU aponta que MEIs não conhecem seus próprios benefícios

06/12/2025

O TCU (Tribunal de Contas da União) fez uma auditoria para avaliar o impacto das ações do governo para diminuir as dificuldades enfrentadas pelos Microempreendedores Individuais (MEI). A análise foi feita dentro do contexto da estratégia de controle do **Custo Brasil**.

Custo Brasil é a denominação usada para se referir ao conjunto de problemas estruturais, burocráticos e econômicos que aumentam os custos para quem quer empreender, dificultando os negócios, desestimulando os empreendedores e reduzindo a competitividade do mercado brasileiro.

Um dos problemas encontrados foi a falta de integração entre os Fóruns Regionais de Micro e Pequenas Empresas e o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE). O texto diz que “a falta de conexão enfraquece a articulação entre as políticas federais e as necessidades locais”.

Outro ponto levantado é a falta de conhecimento dos MEI sobre os programas do governo que poderiam ajudá-los: “83% deles não sabem o que é o programa ProCred 360, 78% desconhecem o programa Acredita e menos de 5% dos realmente se beneficiaram de alguma dessas iniciativas”. Poucos microempreendedores também participam do FGO-Pronampe ou FGO-Procred.

Falta de informações

Segundo a auditoria, 81% dos entrevistados disseram que têm dificuldade para entender as informações divulgadas e a linguagem usada nas comunicações oficiais são “muito técnicas”.

Também foi identificada a falta de informações atualizadas sobre a dispensa de alvará. O relatório mostrou que o ranking oficial de dispensa de alvará, mantido pelo Ministério da Micro e Pequena Empresa (Memp), tinha dados muito diferentes de levantamentos independentes (678 contra 2.349).

“Tal diferença compromete a confiança nos dados oficiais e ocorre porque o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei/Memp) depende que estados e municípios enviem as normas de forma passiva e atrasada, o que prejudica a qualidade e a atualização das informações. Essa situação cria incerteza para os MEI e desestimula a adoção de leis de liberdade econômica nos municípios”, disse o Tribunal.

Recomendações

Em consequência dos trabalhos, o TCU recomendou que o Memp crie incentivos para retomar os Fóruns Regionais e integrá-los ao Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O Tribunal também recomendou que a pasta elabore plano de monitoramento com foco nos microempreendedores individuais.

O relator do processo é o ministro Aroldo Cedraz. *Com informações da assessoria de imprensa do TCU.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão
TC 014.601/2025-7

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-dez-06/relatorio-do-tcu-aponta-que-mei-nao-conhecem-seus-proprios-beneficios/>

Saulo Cruz/TCU



Relatório do Tribunal diz que 81% dos MEI têm dificuldade para entender as informações divulgadas pelo Governo